

**Levantamento dos Instrumentos Legais e Mecanismos de Incentivo
Financeiros Utilizados na Implantação e Manutenção dos Equipamentos Culturais
e espaços de Lazer no Centro de São Paulo.**

Vinicius Lino Rodrigues de Jesus¹

Resumo

No plano internacional, as iniciativas de revitalização de áreas centrais de núcleos urbanos contêm inúmeros exemplos, e têm-se traduzido pela busca de um duplo objetivo – de um lado, enriquecer o patrimônio histórico e cultural restaurando obras arquitetônicas de real significado, de outro, atribuindo a essas obras novas funções que permitam sua perenidade enquanto equipamentos utilitários. Neste artigo é apresentado um levantamento dos principais instrumentos legais e mecanismos de incentivos financeiros utilizados na implantação e manutenção equipamentos e atividades culturais e de lazer do Centro da cidade de São Paulo nas últimas décadas e como estas políticas públicas tem contribuído no processo de revitalização desta região e na preservação e valorização do seu patrimônio histórico-cultural.

Palavras-chave: Centro Histórico. São Paulo. Revitalização. Equipamentos Culturais.

Introdução

Através da análise do desenvolvimento da cidade de São Paulo e da região central da mesma, pode-se ter uma visão dos principais problemas que atingem hoje as grandes metrópoles. Segundo TOLEDO (2005), as primeiras grandes transformações urbanísticas na cidade se deram no governo de Antonio da Silva Prado (1889 – 1911) e do Barão Duprat (1911 – 1914), que mudaram o centro histórico de São Paulo e deram à cidade, que era pouco mais que uma vila, uma face de capital com vocação de metrópole. Mas foi com Prestes Maia que, durante seus dois governos (1938 – 1945 e 1961 – 1965), realmente a cidade adquiriu o aspecto definitivo de metrópole, a qual

¹Bacharel em Turismo e Mestre em Integração da América Latina, ambos pela Universidade de São Paulo e Doutorando em Geografia pela Universidade Federal de Uberlândia. E-mail para contato: vini51@hotmail.com.

mantém até hoje. Preste Maia criou um plano diretor para a cidade, que era guiado pelo “Plano de Avenidas” e também pela idéia do “Perímetro de irradiação”.

A idéia central era distribuir o tráfego e o desenvolvimento da cidade por doze avenidas radiais, feitas sobre caminhos antigos que ligavam o centro aos municípios vizinhos. Maia também projetou as marginais dos rios Tietê e Pinheiros, que foram construídos nos anos 60, e as avenidas 09 de julho e 23 de Maio. Ele previa ainda dois circuitos de avenidas perimetrais, que formariam círculos ao redor do centro, cortadas pelas radiais. Neste sistema, avenidas antigas, como a Paulista e a Angélica, formariam um primeiro anel com novas avenidas, e um segundo anel, formado pelas avenidas Pompéia, Brasil e outras perimetrais, seria feito mais afastado do centro. Porém seu projeto não foi completamente implantado durante seu governo e não completado pelos prefeitos que se sucederam, por isso o sistema sofreu um estrangulamento a longo prazo, não acompanhando o crescimento da cidade e a falta de investimento em meios de transporte mais dinâmicos e eficientes.

O grande crescimento de São Paulo, principalmente nas décadas de 70 e 80, exigiu a buscas por novos espaços, com a conseqüente mudança do perfil e uso das regiões mais antigas. As empresas que estavam instaladas nas regiões centrais, migraram o para a região da Paulista e posteriormente para a região da Avenida Faria Lima e hoje invadem a região da Avenida Luis Carlos Berrini e Marginal Pinheiros, enquanto que as antigas fábricas e indústrias foram para as cidades localizadas na grande São Paulo e ou para interior do estado. E a população que antes residia nas regiões centrais, foi sendo expulsa para regiões mais periféricas.

Este desenvolvimento acelerado e a falta de um planejamento urbanístico que acompanha-se estas mudanças, deixaram inúmeras marcas no centro da cidade, gerando uma série de problemas de difícil solução e que exigem um grande esforço tanto da iniciativa pública, quanto da iniciativa privada para a sua solução. Atualmente os principais problemas verificados no centro são:

- Dificuldade de acesso, circulação e estacionamento
- Má qualidade da paisagem e do meio ambiente urbano
- Grande número de ambulantes
- Falta de segurança pessoal e patrimonial

- **Insuficiência e crescente obsolescência do estoque imobiliário**

Este processo de abandono da área central, que como foi visto, inicia-se na década de 1970, acabou gerando por parte do poder público uma série de iniciativas buscando revitalizar este área tão importante da cidade de São Paulo, quer seja pelo seu valor simbólico, quer seja pela infra-estrutura implantada na região. Dentre estas iniciativas vale a pena destacar o esforço tanto na preservação do patrimônio histórico existente na região como na criação de equipamentos culturais de pequeno, médio e grande porte, visando tornar a região num grande pólo de atração cultural tanto para a população local quanto para os turistas que visitam a cidade, a exemplo do que ocorre há anos em inúmeras cidades do mundo.

A seguir são apresentadas as principais ações adotadas a partir da década de 1970 bem como os instrumentos legais e mecanismo de incentivos financeiros adotados em cada período.

A década de 1970

As políticas públicas de revitalização do centro de São Paulo se iniciam a partir da década 1970, período este em que as principais ações realizadas pelo poder público foram relativas à revalorização dos espaços públicos, a instalação dos calçadões e reordenação do sistema de transporte da região.

Entretanto se analisarmos as principais ações e intervenções realizadas nos equipamentos culturais e espaços de lazer destacam-se:

- Praça Roosevelt: Em 1970 foi entregue a “Praça-edifício” sobre as pistas da ligação Leste-Oeste de São Paulo;
- Solar da Marquesa de Santos: Foi restaurado e entregue em 1975 para abrigar as atividades da Secretaria Municipal de Cultura;
- Largo São Bento: Em 1975 é realizada a reconfiguração do Largo com a construção da estação de metro;
- Casa nº1 – Museu: Em 1976, o Departamento do Patrimônio Histórico de São Paulo - DPH iniciou um projeto de restauro que recuperou a pintura antiga e algumas de suas características originais. Em 1979, encontrando-se em precário estado de

conservação, foi restaurado a partir de projeto do DPH, quando suas características originais foram recuperadas. A casa hoje abriga a Divisão do Arquivo Histórico Municipal.

O principal mecanismo de incentivo financeiro utilizado neste período foi o investimento direto do setor público na construção e renovação do espaço público, bem como no restauro de edifícios históricos e sua adaptação em espaços culturais. E o principal instrumento legal foi a criação de um zoneamento que definia zonas especiais de preservação de bens significativos (Classificação Z8-007 e Z8-200), como, parques, áreas institucionais, conjuntos de valor históricos ou outras características excepcionais, que possibilitariam o uso destas áreas para fins culturais ou de lazer.

A década de 1980

Já na década de 1980, as principais ações realizadas pelo poder público foram relativas à renovação e criação de novos espaços públicos, a realização do inventário e catalogação dos bens arquitetônicos da região e criação de legislação voltada à preservação do patrimônio histórico e arquitetônico existente.

Ao analisar as principais ações e intervenções realizadas nos equipamentos culturais e espaços de lazer destacam-se:

- Centro Cultural Liceu de Artes e Ofícios: Inauguração em 1980 de um local de exposições que divulgam as atividades do Liceu e suas ligações com a história de São Paulo;
- Casa das Retortas: Conclusão da reforma do prédio, o edifício sofreu então adaptações e restauros, segundo projeto de Paulo Mendes da Rocha, sendo mantidas algumas características da década de 20. O edifício passou a abrigar o Centro de Pesquisas sobre a Arte Brasileira Contemporânea, antigo IDART, e o Departamento do Patrimônio Histórico - DPH, ambos da Secretaria Municipal da Cultura;
- Praça da República: Junto com as obras de implantação do Metrô foram feitas melhorias e a renovação da praça, que também abriga uma Feira de Artesanato e Artes que ocorre todos os domingos;

- Museu do Theatro Municipal: Inaugurado em 1983 e instalado desde 1995 junto ao Viaduto do Chá, o Museu do Theatro Municipal foi implantado com o objetivo de coletar, classificar, conservar e divulgar através de exposições e publicações, documentos textuais, fotografias e objetos referentes às atividades do Teatro Municipal desde a sua inauguração em 1911;
- Praça João Mendes: Reurbanização e renovação da praça;
- Novo Vale do Anhangabaú: Durante a década de 1980 a prefeitura de São Paulo promoveu um concurso público para revitalização e reforma da região. Os arquitetos Jorge Wilhelm, Jamil José Kfourir e Rosa Grena Kliass foram os vencedores, propondo a criação de uma grande laje sobre as avenidas existentes no local em altura suficiente para ligar os dois lados do Vale.

Assim como na década de 1970, o principal mecanismo de incentivo financeiro utilizado neste período foi o investimento direto do setor público na construção e renovação do espaço público, bem como no restauro de edifícios históricos e sua adaptação em espaços culturais. Além disto, no campo institucional foi criado o Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental de São Paulo – CONPRESP, órgão responsável pelos processos de tombamento de imóveis a nível municipal e no campo legislativo foi ortogada a Lei 9.725/84 que procurou por meio de mecanismos de transferência de potenciais construtivos criar incentivos à preservação de imóveis de interesse arquitetônico e histórico.

A década de 1990

Na década de 1990, as principais ações realizadas pelo poder público foram à criação de uma legislação voltada à preservação do patrimônio histórico e arquitetônico existente, a exemplo do projeto Eixo Sé-Arouche e da Lei de Fachadas; a implantação do instrumento urbano conhecido como Operação Urbana, no caso específico da região central a Operação Urbana Anhangabaú e Operação Urbana Centro; a instituição do Programa de Requalificação Urbana e Funcional do Centro de São Paulo – PROCENTRO, e por fim a restauração, a reforma e a implementação de equipamentos culturais.

Ao analisar as principais ações e intervenções realizadas nos equipamentos culturais e espaços de lazer destacam-se:

- Theatro Municipal: Conclusão das obras de restauro do Theatro em 1991, comandado pelo Departamento de Patrimônio Histórico da Secretaria Municipal de Cultura, restaurando o prédio e implementando estruturas e equipamentos mais modernos;
- Boulevard São João: Pedestrialização de pedaço da Av. São João;
- Biblioteca Mario de Andrade: Foi reformada em 1992 e reaberta ao público, atualmente possui o maior acervo bibliográfico de São Paulo;
- Solar da Marquesa de Santos: Nova restauração e reforma (trabalho arqueológico) em 1991 o Solar foi submetido a um processo de restauração que possibilitou que o edifício voltasse a ser aberto ao público;
- Edifício Ramos de Azevedo: Após a desocupação do edifício e de seu anexo, decorrente da transferência das últimas unidades da Politécnica para a Cidade Universitária em 1987, o Edifício Ramos de Azevedo foi adquirido pela Prefeitura com o propósito de abrigar as instalações da , porém em 1992 o edifício foi restaurado e passou a abrigar o do Patrimônio Histórico de São Paulo – DPH;
- Largo da Memória: Em 1992 foi concluída a restauração do Largo;
- Largo São Bento: Em 1994 foi realizada a reconstituição do piso, restauro e iluminação e colégio de São Bento;
- Pinacoteca do Estado: Em 1993 foi iniciada a reforma e renovação Pinacoteca do Estado, concluída em 1998 teve o projeto da reforma de autoria de Paulo Mendes da Rocha, com o qual ganhou o prêmio Mies van der Rohe de arquitetura em junho de 2000.
- Museu de Arte Sacra e Mosteiro da Luz: Restauração e Mosteiro da Luz – Recuperação do conjunto arquitetônico
- Complexo Cultural Júlio Prestes: Restauro do edifício e implantação da sala São Paulo. O projeto da Sala São Paulo nasceu com o objetivo primeiro de elevar a Orquestra Sinfônica do Estado de São Paulo (OSESP) a um padrão de qualidade internacional. Para tanto, a OSESP precisaria de uma sede própria, com a infraestrutura necessária para o funcionamento de uma grande orquestra. Depois de uma

longa pesquisa para decidir qual seria o local mais apropriado para a construção da sala, um acaso fez com que o Grande Hall da Estação Júlio Prestes fosse escolhido para abrigar a Sala São Paulo.

- Edifício do DOPS: O antigo prédio do DOPS foi recuperado e restaurado pelo arquiteto Haron Cohen, que deu ao prédio os ares e a importância que ele teve na época de sua inauguração, quando serviu de armazém de produtos da malha ferroviária. Inicialmente abrigou o Museu do Imaginário do Povo Brasileiro, e atualmente abriga a Estação Pinacoteca, que serve como anexo a Pinacoteca do Estado.

Assim como nas décadas anteriores o principal mecanismo de incentivo financeiro utilizado neste período foi o investimento direto do setor público na construção e renovação do espaço público, bem como no restauro de edifícios históricos e sua adaptação em espaços culturais, com destaque na participação do Estado. A década de 90 foi muito importante do ponto de vista tanto da recuperação de importantes equipamentos culturais e espaços públicos, como a criação de novos equipamentos de grande porte, em especial instalação de uma sala de concertos na antiga estação Julio Prestes e da transformação do antigo prédio do Dops em Museu, hoje funcionando como anexo da Pinacoteca.

Outro instrumento financeiro proposto neste período foi a possibilidade do setor privado investir na região através da utilização de incentivos fiscais propostos na Lei n. 12.350/97, também conhecida como Lei das Fachadas, que possibilita proprietários de imóveis tombados numa área especial de intervenção a isenção do Imposto sobre a propriedade Predial e Territorial por um período de 10 anos para aquelas que tiverem suas fachadas restauradas, possibilitando que equipamentos culturais privados possam utilizar-se deste recurso.

Já no campo legislativo e institucional neste período foi criado do Programa de Requalificação Urbana e Funcional do Centro de São Paulo – PROCENTRO, que surge em 1993 como uma resposta do poder público as demandas, principalmente por parte da Associação Viva o Centro, de mudanças na região central da cidade. Também houve a criação das leis de incentivo fiscais ao setor cultural, como a Lei Municipal de Incentivo

a Cultura², também conhecida como Lei Mendonça, que permite que uma pessoa física ou jurídica patrocine um projeto cultural e deduza parte do valor investido do seu Imposto Sobre Serviços (ISS) ou Imposto Predial Territorial Urbana (IPTU) a pagar e a Lei Federal de Incentivo à Cultura³, chamada de Lei Rouanet, que permite empresas e pessoas físicas que financiar projetos culturais através da aplicação de parcelas do Imposto sobre a Renda, a título de doações ou patrocínios.

A partir do ano de 2000

A partir do ano de 2000 se adotou um novo modelo de política pública de revitalização do centro histórico de São Paulo, que fosse diferente daquele adotado nas décadas anteriores, onde a maioria das ações executadas pelo poder público foi realizada de forma isolada. Até o final da década anterior as políticas públicas relacionadas aos equipamentos culturais e de lazer da região estavam voltados à reforma e manutenção dos equipamentos existentes, bem como a criação de novos equipamentos, essencialmente através do investimento direto do setor público, e a criação de algumas leis que visavam estimular o investimento do setor privado. Porém, em momento algum foi criada uma política voltada para a revitalização do centro de forma integrada, com o objetivo de maximizar os distintos problemas que a região enfrenta.

Está mudança tem origem no ano 2000 durante as negociações das dívidas públicas de Estados e Municípios junto ao Governo Federal, quando o município de São Paulo foi autorizado a realizar a contratação de um empréstimo até o montante de US\$ 100, 4 milhões junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID com o objetivo de revitalizar o centro da cidade. Durante as negociações entre a prefeitura e o banco foi apresentado um primeiro plano para a região, elaborado pela então Administração Regional da Sé, com o nome de Reconstruir o Centro, conforme detalhado no capítulo anterior. Todavia, este plano acabou ficando bastante abranjente e foi sugerido pelo banco a revisão do mesmo, conforme aponta SILVA (2003:15):

² Lei nº 10.923/90.

³ Lei nº 8.313/91.

“Num primeiro momento, entretanto, as ações propostas se espraiavam por uma área bastante vasta, coincidindo com a própria área da então Administração Regional da Sé. À medida que as negociações com a instituição financeira foram evoluindo, e por orientação dela própria, houve uma focalização das ações de forma a obter efeitos de sinergia. As ações vastamente pulverizadas corriam o risco de não potencializarem uma às outras e o programa corria o risco de se diluir por uma área vasta demais.”

O primeiro passo tomado pela prefeitura, principalmente diante da percepção da necessidade de um arranjo institucional que possibilitasse uma interlocução mais intensa com setores da sociedade civil e com o setor empresarial, foi a transferência da coordenação do programa da Administração Regional da Sé para a Empresa Municipal de Urbanização – EMURB. Com a mudança, pela primeira vez são utilizados novos instrumentos legais e institucionais para o desenvolvimento de uma política integrada de revitalização do centro. Inicialmente se criou o Fórum de Desenvolvimento Social e Econômico do Centro de São Paulo e a Coordenação Executiva Ação Centro⁴, sendo que o primeiro com um caráter representativo e deliberativo e o segundo com um perfil mais operativo. Além disto, foi acatada a sugestão proposta pelo banco, de focalização do programa de revitalização e se restringiu a área de atuação destes novos arranjos institucionais para o distrito da Sé e da República, ou seja, o centro histórico.

O Decreto Municipal também institui a Agência de Desenvolvimento do Centro, com o objetivo principal de constituir-se num agente facilitador e promotor tanto das atividades econômicas já existentes no centro, quanto de novas atividades que venham a dinamizar a economia local (SILVA, 2003:18). Por fim, junto com estas ações é lançado o novo programa de revitalização do centro, chamado de Ação Centro, cujas ações foram descritas no capítulo anterior. O novo programa, dividido em eixos de atuação, propõe diversos instrumentos de financiamento de ações nas distintas áreas de intervenções do plano, bem como a revisão e elaboração de legislação, principalmente urbanística, que permita a melhor utilização da região.

Ao analisar as principais ações proposta pelo programa Ação Centro em relação aos equipamentos culturais e espaços de lazer destacam-se:

- Intervenções urbanísticas no espaço público, com destaque para as intervenções no Parque D. Pedro II, no Palácio das Indústrias e na Casa das Retortas;

⁴ Instituídos pelo Decreto Municipal nº 44.089/2003.

- Criação de mecanismo de articulação com o setor privado, entre eles o setor da indústria cultural;
- Introdução de um novo modelo de Operação e Manutenção do ambiente urbano e a obras de requalificação do espaço público e de edifícios culturais;
- Melhoria da acessibilidade aos espaços públicos e equipamentos culturais; e
- Fortalecimento dos órgãos e instituições responsáveis pela implementação e execução do plano.

Entretanto, se analisarmos as ações efetivamente adotadas, em relação aos equipamentos culturais e espaços de lazer, desde a apresentação do programa em 2003, se percebe que poucas ações foram adotadas, o que se justifica pelo fato de que na mudança do governo municipal, ocorrida no ano de 2005, o novo governo fez uma revisão dos objetivos e propostas do plano e a maior parte das ações encontram-se em fase de execução ou em fase de licitação, dentre elas destacam-se:

- as reurbanizações das praças da República, Sé e Roosevelt;
- a recuperação da fachada do Theatro Municipal;
- a recuperação, restauro e ampliação da Biblioteca Mário de Andrade com a incorporação do antigo prédio do Instituto de Previdência do Estado de São Paulo - IPESP;
- as melhorias na iluminação pública da região central;
- a requalificação urbana das ruas comerciais;
- obras de reforma da Praça Júlio de Mesquita, Largo do Paissandu e Boulevard São João;
- a recuperação do viaduto Dona Paulina e da Ladeira da Memória;
- a recuperação da Casa das Retortas; e
- a reforma e recuperação do Solar da Marquesa, da Casa nº1 e do Beco do Pinto.

Outro novo mecanismo de incentivo financeiro introduzido se dá no âmbito do projeto Nova Luz, que visa otimizar os investimentos públicos já realizados na região da Luz, bem como aqueles em andamento e em fase de projeto, e estimular novos empreendimentos de caráter privado, que poderão trazer vitalidade econômica e social à região. Para tanto, foram aprovada uma legislação específica para o programa⁵,

⁵ Lei nº 14.096, de 8 de dezembro de 2005.

estabelecendo incentivos fiscais para a instalação de empresas na região. O Programa de Incentivos Seletivos, nome dado aos incentivos fiscais para a região, tem a finalidade de promover e fomentar o seu desenvolvimento adequado. O instrumento financeiro proposto prevê a concessão de dois tipos de incentivos fiscais: emissão de Certificados de Incentivo ao Desenvolvimento, que serão utilizados para pagamento de tributos e aquisição de bilhete único, e redução de impostos municipais incidentes sobre imóveis e atividades desenvolvidas na região-alvo. O Programa está estruturado na concessão de incentivos fiscais para alguns segmentos de atividades econômicas que realizem investimentos no local, sendo que a relação das atividades comerciais e de prestação de serviços relacionadas as atividades culturais e de lazer beneficiadas por incentivos fiscais do projeto Nova Luz, são:

- Galerias de Arte;
- Espetáculos teatrais e circenses;
- Ginástica, dança, esportes, natação e artes marciais;
- Ópera, ballet, danças, concertos e recitais;
- Exibições cinematográficas e programas de auditório;
- Fonografia ou gravação de sons, inclusive revelação, ampliação, cópia, retocagens, reprodução e trucagem;
- Reprografia, microfilmagem e digitalização;
- Shows, bailes, desfiles e festivais.

Conclusão

Este trabalho busca evidenciar como a preservação do patrimônio arquitetônico, histórico e cultural através da valorização dos equipamentos culturais e de lazer teve influência nas políticas públicas de revitalização do centro histórico de São Paulo. Neste sentido, a adoção dos conceitos relacionados ao tema, que sofreram uma evolução e um amadurecimento a nível mundial no passar dos anos, expressa principalmente através das cartas patrimoniais apresentadas no decorrer do século passado, bem como pela criação de órgãos a nível nacional e internacional voltados à conservação, preservação e valorização dos bens culturais da humanidade, despertaram no poder público local a necessidade de adotar medidas que evitassem a perda do patrimônio cultural existente nos centros históricos destas cidades.

As mudanças nos códigos de planejamento urbano e zoneamento adotadas na década de 1970, que criavam zonas especiais de preservação histórico-cultural, em um momento onde existia uma forte pressão por parte do empresariado local do setor imobiliário de se expandir em direção ao centro histórico para desenvolver novos projetos imobiliários nesta região, que já se encontravam dotadas de uma excelente infra-estrutura urbana, foi um fator decisivo na preservação do patrimônio histórico destas regiões.

Ao mesmo tempo em que se criava uma legislação que buscava salvaguardar a pluralidade cultural e o patrimônio cultural do centro histórico, que possuem um importante significado para a população, esta legislação foi uma das responsáveis pelo esvaziamento, e conseqüente degradação destas regiões. Isso se deu principalmente pelo desinteresse do setor privado em geral e em especial do setor imobiliário de investir na região, uma vez que os custos eram bem mais altos e o retorno financeiro menor. Ao mesmo tempo, se por um lado as reformulações do código de planejamento urbano e do zoneamento impuseram uma série de restrições para a intervenção nesta área, outras regiões da cidade foram contempladas com uma legislação mais branda e atrativa para o investimento.

Entretanto, as mudanças econômicas, sociais e políticas dos últimos anos, onde o setor de serviços passa a ser o principal setor da atividade econômica, permitiram que

diversas cidades revertissem essa situação inicial de abandono sofrido pelos seus centros históricos através da adoção de políticas públicas de revitalização que atraíram o crescente setor de serviços relacionado às empresas financeiras, de consultoria, tecnologia da informação, desenho, gastronomia, moda, turismo, lazer, cultura, etc.

Em São Paulo de 1970 até o ano 2000, embora se tenha discutido bastante o tema da revitalização de seus centros urbanos, e inclusive elaborado planos e programas para a reabilitação destas áreas, nenhum deles foi colocado em prática, e a maior parte das atuações do poder público foram realizadas de forma isolada, gerando resultados pouco expressivos na região.

Finalmente, após a análise das experiências realizadas nos anos anteriores e os resultados alcançando, a partir do ano 2000, o poder público percebeu a necessidade de adotar políticas públicas de revitalização de seu centro histórico que atuassem de forma integrada nos diversos problemas que afetam estas áreas urbanas, em especial, a questão da melhoria do espaço público, a consolidação residencial, a acessibilidade, a segurança pessoal e patrimonial, a promoção das atividades econômicas, a criação de equipamentos comunitários, a geração de emprego e renda e a preservação, conservação e valorização tanto do patrimônio edificado, como dos costumes e tradições da população local.

Para tanto foram criados órgãos responsáveis pela implementação e gestão de políticas públicas de revitalização do centro histórico, bem como a definição um plano de atuação a longo prazo, que contam com programas que procuram intervir de forma integrada nos problemas acima citados, envolvendo diversos órgãos do poder público local, bem como buscando atrair a setor privado, a sociedade civil organizada e principalmente os moradores ou proprietários de negócios locais.

Nestes planos, o fortalecimento e o desenvolvimento do setor cultural e do lazer, estão colocados em primeiro plano, porém ainda é cedo para determinar se estes novos modelos de políticas públicas adotadas pela São Paulo terão o resultado positivo esperado. A solução dos problemas que esta metrópole apresenta são de médio e longo prazo, e também é essencial a percepção por parte da população local da importância e do valor que o centro histórico tem para a cidade como um todo, o que não é conseguido em tempo curto. Desta forma espera-se com este novo modelo construir

VII SEMINÁRIO 2010 ANPTUR

VII Seminário da Associação Brasileira de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo

20 e 21 de setembro de 2010 – Universidade Anhembi Morumbi – UAM/ São Paulo/SP

uma ponte entre o passado e o futuro, criando um vínculo dinâmico entre o mais antigo de uma cidade e a vitalidade de uma cidade futura.

Bibliografia

TOLEDO, Benedito Lima. *Prestes Maia e as Origens do Urbanismo*. São Paulo: Empresa das Artes, 1995.

SILVA, Luis Octavio. “Breve história do centro de São Paulo: Sua decadência e reabilitação” In: SCHICCHI, Maria Cristina; BENFATTI, Dênio (org.). *Urbanismo: Dossiê São Paulo- Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Oculum, 2003.